

Pimenta já admite decreto-lei

Embora acreditando na votação do pacote econômico até quarta-feira, o líder do governo, deputado Pimenta da Veiga (MG), admitiu ontem a hipótese de o presidente Sarney baixar as medidas por decretos-leis, alegando que são "de grande alcance social". O presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, manifestou esperança na votação da matéria até quarta-feira. Dia 5, quinta-feira, começará o recesso parlamentar de três meses.

O vice-líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), movimentou nos corredores e no plenário os diferentes grupos de sua bancada, pedindo o voto contra o pedido de urgência dos líderes do PMDB e do PFL. Nessa missão ele voltou a falar até mesmo com o ex-líder Nelson Marchezan, com quem está rompido há meses e sendo processado no Supremo.

Amaral ponderou aos deputados do PDS que o partido precisa, pelo menos, "marcar posição". "Reagindo ao pacote, a imprensa, pelo menos — explicou — registraria o comportamento da bancada partidária." A maioria concordou e o líder Prisco Viana não teve condições de apoiar o requerimento de urgência.

"Você continua sendo um problema", disse Ulysses a Amaral Netto que, pouco antes, pediu ao líder Pimenta da Veiga que patrocinasse a prorrogação ou convocação extraordinária do Congresso de 5 a 20 de dezembro. "Então vocês não querem votar nada. Só querem é torpedear", respondeu o líder governista.

Ulysses Guimarães, sem esconder sua preocupação, reconheceu a exigüidade do tempo para o Congresso discutir e votar o pacote. Perguntado se o presidente Sarney poderia baixar as medidas fiscais através de decretos-leis, ele respondeu:

"Sobre esse assunto, não tenho absoluta condição de responder. A Constituição habilita o presidente a legislar por decreto-lei, todos nós sabemos. Mas se ele vai fazer ou não vai fazer, é decisão de sua exclusiva competência".

O presidente do PMDB e da Câmara acredita que a partir de segunda-feira os parlamentares possam aceitar a votação da reforma econômica, desde que haja a necessária mobilização nas bancadas, de parte das lideranças. Na sua opinião, os parlamentares, de um modo geral, conhecem o assunto e não há necessidade de estudos mais profundos, mas de exame de seus objetivos. "Até segunda-feira os parlamentares estarão mais enfiados com o problema e poderão votar", observou.

Ulysses fez questão de afirmar que há partes "muito positivas" nas reformas propostas por Sarney, principalmente a previsão de recursos maciços para equacionar o problema da sobrevivência das camadas mais pobres da sociedade.

O líder do PDT, Nadir Rossetti, queixou-se de que o líder do governo não o consultou previamente sobre o pedido de urgência na tramitação do pacote, reclamação feita também pelo líder do PTB. Não aprovaram o pedido de urgência o PDS, o PT, o PDT, o PTB, o PC do B e o PL.

O líder do PDT comentou que até segunda-feira a sua bancada firmará posição, reconhecendo que há muitas partes positivas no pacote e outras ruins. Rossetti revelou irritação com o projeto regulamentando a venda de ações das estatais, "que quase passa despercebido".



Foto Alencar Monteiro-Telefoto Estado

Ulysses procura dialogar, mas não consegue a votação